



# newsletter

---

Nº 84 – JANEIRO / 2014

---

OLIVEIRA REGO E ASSOCIADOS, SROC

Avª Praia da Vitória, nº 73 – 2º Esq. 1050-183 Lisboa Tel.: 21 315 26 72 / 21 315 97 59 Fax: 21 315 99 36 [info@oliveirarego.pt](mailto:info@oliveirarego.pt)  
Inscrita na C.M.V.M. com o n.º 218 e na Ordem dos R.O.C. com o n.º 46 Contribuinte n.º 501 794 662

# ORA newsletter

---

**Nº 84 – JANEIRO/2014**  
(circulação limitada)

## Assuntos em Destaque

<b>Resumo Fiscal/Legal – Dezembro de 2013</b>	<b>2</b>
<b>O Porquê do Retrocesso na Nova Diretiva de Contabilidade</b>	<b>4</b>
<b>Revisores e Auditores</b>	<b>6</b>

## **LEGISLAÇÃO FISCAL/LEGAL**

**Ministérios das Finanças e do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia - Portaria n.º 352/2013, de 4 de dezembro** - Estabelece os fatores de correção extraordinária das rendas para o ano de 2014.

**Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia - Portaria n.º 353/2013, de 4 de dezembro** - Fixa, para vigorar no ano de 2014, os preços da habitação por metro quadrado, consoante as zonas do País, para efeitos de cálculo da renda condicionada.

**Presidência do Conselho de Ministros - Resolução do Conselho de Ministros n.º 83/2013, de 9 de dezembro** - Define o lote de ações destinados à oferta pública de venda reservada aos trabalhadores no âmbito do processo de alienação do capital social das sociedades Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A., Multicare - Seguros e Saúde, S.A., e Cares - Companhia de Seguros, S.A., e fixa o período de indisponibilidade a que ficam sujeitas as ações adquiridas no âmbito da venda direta de referência ao abrigo do mesmo processo.

**Ministério das Finanças - Gabinete do Secretário de Estado das Finanças - Despacho n.º 15982-A/2013, de 9 de dezembro** - Fixa o preço de venda das ações representativas do capital social da CTT – Correios de Portugal, SA.

**Ministério das Finanças - Portaria n.º 358-A/2013, de 12 de dezembro** - Aprova o modelo da participação de rendas previsto no n.º 7 do artigo 15.º-N do Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro, aditado pela Lei n.º 60-A/2011, de 30 de novembro, e alterado pela Lei n.º 64/2012, de 20 de dezembro, e o respetivo anexo 1, bem como as correspondentes instruções de preenchimento.

**Banco de Portugal - Aviso do Banco de Portugal n.º 5/2013, de 18 de dezembro** - Estabelece condições, mecanismos e procedimentos para o cumprimento dos deveres preventivos do branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo previstos na Lei n.º 25/2008, de 5

2/6

# ORA newsletter

---

**Nº 84 – JANEIRO/2014**  
(circulação limitada)

de junho, no âmbito da prestação de serviços financeiros sujeitos à supervisão do Banco de Portugal.

**Ministério das Finanças - Portaria n.º 363/2013, de 20 de dezembro** - Aprova a declaração Modelo 10 do IRS e do IRC e respetivas instruções de preenchimento.

**Ministério das Finanças - Portaria n.º 365/2013, de 23 de dezembro** - Aprova os novos modelos de impressos a que se refere o n.º 1 do artigo 57.º do Código do IRS.

**Ministério das Finanças - Portaria n.º 371/2013, de 27 de dezembro** - Aprova as novas instruções de preenchimento da declaração Modelo 39 - Rendimentos e retenções a taxas liberatórias.

**Ministério das Finanças - Portaria n.º 372/2013, de 27 de dezembro** - Aprova a declaração Modelo 30 para cumprimento da obrigação declarativa a que se refere o n.º 7 do artigo 119.º do Código do IRS e o artigo 128.º do Código do IRC, e respetivas instruções de preenchimento.

**Ministério das Finanças - Portaria n.º 373/2013, de 27 de dezembro** - Aprova as instruções de preenchimento da declaração Modelo 13 aprovada pela Portaria n.º 698/2002, de 25 de junho (Valores mobiliários, warrants autónomos e instrumentos financeiros derivados, para cumprimento da obrigação a que se refere o artigo 124.º do Código do IRS).

**Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social - Portaria n.º 375/2013, de 27 de dezembro** - Altera a Portaria n.º 204-B/2013, de 18 de junho, que cria a medida Estágios Emprego.

**Ministério das Finanças - Despacho normativo n.º 11/2013, de 27 de dezembro** - Elimina obrigações declarativas no âmbito do IVA.

**Ministério das Finanças - Portaria n.º 376/2013, de 30 de dezembro** - Proceda à atualização dos coeficientes de desvalorização da moeda a aplicar aos bens e direitos alienados durante o ano de 2013.

**Assembleia da República - Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro** - Orçamento do Estado para 2014.

## O PORQUÊ DO RETROCESSO NA NOVA DIRETIVA DE CONTABILIDADE

A nova diretiva da UE 2013/34/UE, que regula quanto às demonstrações financeiras de certas formas de empresas<sup>1</sup>, foi aprovada em junho de 2013 e nasce envolta em polémica por ser entendida, por muitos, como um retrocesso em relação às Normas Internacionais de Contabilidade (IAS/IFRS) e ao Sistema de Normalização Contabilística (SNC).



Há várias áreas em que a nova Diretiva conflitua com as Normas do IASB (exceto as IFRS para PME) sem a possibilidade de os Estados membros ultrapassarem o conflito. O caso que vem levantando mais críticas, é precisamente o relativo à mensuração do goodwill, na medida em que a nova Diretiva Contabilística no nº 11, do artigo 12º dispõe assim:

*“Os ativos intangíveis são amortizados ao longo da sua vida útil. Em casos excecionais, em que não seja possível estimar de forma fiável a vida útil de despesas de trespasse ou despesas de desenvolvimento, tais ativos são amortizados dentro de um prazo máximo estabelecido pelo Estado-Membro. Este prazo máximo, não pode ser inferior a cinco anos nem superior a 10 anos...”*



Se recordarmos o processo de aprovação da IFRS 3 – “Concentração de Atividades Empresariais” em 2004, encontraremos fundamento para este “retrocesso”. De facto, a redação da IFRS 3 regista após as bases para conclusões, as opiniões discordantes dos membros do Conselho do IASB, sobre a emissão desta norma, no essencial focadas na supressão da amortização do goodwill, com base nos argumentos abaixo expressos:

- Considerarem poder ser razoavelmente argumentado, que a mensuração do goodwill é intrinsecamente pouco fiável e que um método transparente, embora algo arbitrário, como a amortização<sup>2</sup>, tem menos probabilidades de “enganar” o mercado do que a abordagem exclusiva da IFRS 3 por teste de imparidade;

---

<sup>1</sup> Na íntegra sob a designação Diretiva 2013/34/UE relativa às demonstrações financeiras consolidadas e aos relatórios conexos de certas formas de empresas, que altera a Diretiva 2006/43/CE do Parlamento Europeu e do Conselho e revoga as diretivas 78/660/CEE e 83/349/CEE do Conselho.

<sup>2</sup> Por maioria o IASB fundamentou a supressão da amortização do goodwill, ao concluir que a sua vida útil não se pode estimar da mesma forma que nos ativos tangíveis não correntes, cuja vida útil está relacionada diretamente, entre outros fatores, com a sua duração física.

# ORA newsletter

---

**Nº 84 – JANEIRO/2014**  
(circulação limitada)

- É também referido e com relevância, o facto da abolição da amortização em favor da abordagem em exclusivo pela imparidade ser inconsistente com o princípio geral de proibição do reconhecimento do goodwill gerado internamente, sendo em abono desta análise referido o reconhecimento do Conselho, de que o goodwill essencial adquirido numa concentração de atividades empresariais, é consumido ao longo do tempo e substituído por goodwill gerado internamente, desde que uma entidade seja capaz de manter o valor global do goodwill (...) Consideram ainda os oponentes à aprovação desta IFRS, que o potencial de arbitrariedade não proporciona fundamentos suficientes para ignorar o facto de que o justo valor do goodwill adquirido, diminui durante a sua vida útil à medida que vai sendo consumido;
- É também ressaltada a preocupação de a IFRS 3 confiar em testes de imparidade potencialmente pouco fiáveis, que inevitavelmente são incapazes de diferenciar entre o goodwill adquirido e o gerado internamente em período subsequente (...) o que vai inadequadamente proporcionar “proteções” contra o reconhecimento de perdas de imparidade do goodwill adquirido. É também referido ser provável que os custos dos testes de imparidade sejam elevados e os benefícios reduzidos devido à sua potencial falta de fiabilidade (...) contabilizar o goodwill é um dos problemas mais difíceis do relato financeiro, e a dificuldade decorre da própria natureza do goodwill.

A nova diretiva contabilística vem, passados nove anos sobre a aprovação da IFRS 3, acolher a opinião discordante de alguns membros do Conselho do IASB, sobre a supressão da amortização do goodwill, na sequência de uma resolução não legislativa do Parlamento Europeu, que visava o reexame das diretivas contabilísticas nas PME, ao reconhecer que elas são muitas vezes excessivamente onerosas, ancorando assim, o princípio “pensar primeiro em pequena escala”<sup>3</sup>.



- Paula Rego -

## **Bibliografia:**

- *Diretiva 2013/34/EU de 12 de Junho, relativa às demonstrações financeiras consolidadas e aos relatórios conexos de certas formas de empresas, que altera a Diretiva 2006/43/CE do Parlamento Europeu e do Conselho e revoga as diretivas 78/660/CEE e 83/349/CEE do Conselho.*
- *IFRS 3 – Concentrações de Atividades Empresariais, publicada em 2004. Estudios Financieros-Revista de Contabilidad y tributación-Out.2006*

---

<sup>3</sup> Baseada na comunicação da Comissão intitulada “Think Small First – Small Business Act for Europe”, adotada em junho de 2008 e revista em fevereiro de 2011.

# ORA newsletter

---

**Nº 84 – JANEIRO/2014**  
(circulação limitada)

## REVISORES E AUDITORES

A Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) submeteu recentemente a consulta pública um projeto de regulamento, relativo ao registo dos auditores e seus deveres, que revoga o Regulamento da CMVM n.º 6/2000, e submete também a consulta pública a proposta de alteração do artigo 9.º do Código dos Valores Mobiliários.



A consulta pública decorrerá até ao dia 15 de janeiro de 2014, podendo os participantes no mercado e o público em geral pronunciarem-se sobre o referido projeto de regulamento até à data mencionada.

***Nota:** Esta publicação da ORA é genérica e o objetivo é meramente informativo. Não tem a intenção de substituir a necessidade de consulta dos diplomas mencionados ou o recurso a opinião profissional para os temas tratados em função dos casos concretos de cada entidade.*